

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2018**  
(Do Sr. DIEGO GARCIA)

Requer informações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sobre a ocupação de terrenos de marinha.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, as seguintes informações, detalhadas por unidade da federação: montante arrecadado anualmente a título de taxa de ocupação de terrenos de marinha; quantitativo de entidades que ocupam tais terrenos e, dessas, quantas são entidades religiosas.

**JUSTIFICAÇÃO**

É considerável o número de igrejas que, por estarem instaladas em terrenos de marinha, são obrigadas a recolher taxa de ocupação para a Secretaria de Patrimônio da União - SPU. O art. 16 da Lei nº 13.139, de 2015, isenta do pagamento de laudêmio, foro e taxas de ocupação as entidades beneficentes de assistência social e também as pessoas jurídicas dedicadas à conservação de bens culturais. Paradoxalmente, os templos religiosos não usufruem da recém citada isenção, embora a Constituição Federal, no inciso VI de seu art. 150, lhes assegure isenção tributária.

Pelo exposto, impõe-se conhecer com precisão os números afetos à ocupação de terrenos de marinha, de forma geral, e, mais especificamente, por

entidades religiosas, informações essas que são solicitadas por meio do presente pedido de informação.

Sala das Sessões, em        de        de 2018.

Deputado DIEGO GARCIA

2018-11426